

Ata N.º	06/2017
Livro N.º	Folha N.º
6	

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 06/2017 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

----- Aos **vinte e sete** dias do mês de **dezembro** do ano **dois mil e dezassete**, na vila de Vila Nova de Paiva e Salão Nobre dos Paços do Município, após convocatórias individuais e edital afixado nos lugares públicos de estilo, em que se anunciava o dia, hora e local da sessão e a respetiva ordem do dia, realizou-se a sexta sessão de natureza ordinária deste órgão deliberativo do Município de Vila Nova de Paiva, do mês de dezembro do ano em curso.-----

----- Aberta a sessão pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, José Manuel Afonso Rodrigues, eram catorze horas, e feita a chamada, verificou-se estarem presentes os seguintes Membros: -----

----- Da Mesa da Assembleia: -----

----- Helena Isabel Mota Afonso Reis, 1.ª Secretária -----

----- Pedro Alexandre Afonso de Sousa, 2.º Secretário -----

----- Dos Membros eleitos: -----

----- António César Silva Rodrigues da Fonseca -----

----- Amândio João Pires de Moraes -----

----- António Manuel Rodrigues Coelho -----

----- Hugo Miguel Pereira Marques -----

----- José Luís Lopes Ramos -----

----- Manuel António Lourenço dos Reis -----

----- Ana Catarina Salvador Cardoso -----

----- Rosa Cristina Clara Alves Pinto -----

----- Carlos Manuel Sousa Paulo -----

----- Serafim Pereira Esteves -----

----- Dos Representantes das Juntas de Freguesia: -----

----- Jorge Manuel Silva Cerdeira, Presidente da Junta de Freguesia de Pendilhe; ---

----- Augusto Marques Moreira, Presidente da Junta de Freguesia de Queiriga; -----

----- Mário Jorge Martinho Morgado, Presidente da Junta de Freguesia do Touro; ---

----- Ilido Afonso da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas; -----

----- Jorge Manuel Pereira Reis, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova à Coelheira. -----

----- Não compareceram à sessão os membros Srs. Manuel Morais Ramos e Fernando da Costa Félix. -----

----- Em representação da Câmara Municipal esteve presente na sessão o Sr. Presidente da Câmara, José Morgado Ribeiro, em cumprimento do disposto na alínea r), do n.º 1, do art.º 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugada com os n.ºs 1 e 2 do art.º 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- Estiveram também presentes na reunião o Sr. José Augusto Calçada Ferreira, Vereador a tempo inteiro e o Sr. Manuel Custódio, Vereador em regime de não permanência. -----

----- Verificando-se haver quórum, o Sr. Presidente da Mesa deu início aos trabalhos:

-----**PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”**-----

----- **1.1 - Leitura e apreciação de expediente diverso:** -----

----- **a) Correspondência recebida no período compreendido entre 17 de outubro e 26 de dezembro de 2017.** -----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu conhecimento de toda a correspondência recebida desde a última sessão, nomeadamente, um ofício do INE com o qual enviam estudo da caracterização socio-económica do Município de Vila Nova de Paiva relativa ao ano de 2016, que está disponível a todos os membros para consultar e/ou fotocopiar. -----

----- **b) Justificação de ausências:** -----

----- Manuel Morais Ramos, por requerimento registado em 18 de dezembro de 2017, comunica que por se encontrar ausente no estrangeiro não pode comparecer à presente sessão e solicita a justificação da sua ausência. -----

----- Fernando da Costa Félix, por requerimento datado de 21 de dezembro, registado em 27-12-2017, comunica que por motivo de ausência do País, não pode comparecer à presente sessão, e solicita a justificação da falta.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** A mesa deliberou por unanimidade justificar as faltas daqueles membros, à presente sessão. -----

----- **1.2 - Outros assuntos típicos do “Período Antes da Ordem do Dia”:** -----

----- Inscreveu-se e usou da palavra o membro Sr. Pedro Alexandre Afonso de Sousa que apresentou um Voto de Pesar pelas vítimas dos incêndios ocorridos nos meses de Junho e Outubro de 2017, do seguinte teor integral: -----

“ *Devido à desgrça ocorrida com os incêndios florestais que afetaram o nosso país nos passados meses de junho e outubro de 2017, onde arderam segundo dados do ICNF, mais de 520 mil hectares de floresta e com a ocorrência de mais de 100 vítimas*

Ata N.º	06/2017
Livro N.º	Folha N.º
6	

mortais, este ano ficará na memória de todos nós como um dos mais devastadores de sempre. Além da floresta ardida e dos ecossistemas destruídos, milhares de pessoas foram afetadas com perda dos seus familiares, dos seus bens, das suas habitações, do seu sustento e também dos seus posto de trabalho.

Queremos sobretudo salientar o número de vidas humanas perdidas.

Dirigimos sentidas condolências às famílias que de alguma forma foram afetadas com esta tragédia, especialmente com a perda dos seus entes queridos. As nossas palavras são de profundo pesar por todos aqueles que sofreram.

Queremos apresentar a nossa solidariedade para com as vítimas, para com as suas famílias e para com todos aqueles que no terreno deram o melhor de si no combate aos incêndios e no apoio às vítimas.

Um agradecimento especial a todos os bombeiros que em prol dos outros põem diariamente a própria vida em risco.

Este voto de pesar serve assim para dar apoio às vítimas e procurar minimizar o sofrimento de quem foi atingido por tão grande tragédia provocada pelos incêndios.”

----- O Sr. Pedro Sousa colocou outras questões ao Sr. Presidente da Câmara como segue: -----

“1.º - Relativamente aos fogos no Concelho de Vila Nova de Paiva, para efeitos de esclarecimento gostaria de lhe fazer algumas perguntas: -----

- Já foi efetuado um levantamento da área ardida no concelho?

- Quais as perdas globais para as populações em termos de rendimentos?

- Já foram apuradas responsabilidades criminais?

2.º - Queria solicitar ao Sr. Presidente informação sobre o que está a ser feito e desenvolvido no que diz respeito à prevenção dos incêndio, e se há plano de proteção civil aprovado?

Sabendo que até ao dia 15 de março de 2018, os proprietários das áreas florestais envolventes às aldeias, às casas isoladas, aos parques empresariais e mesmo nas áreas envolventes às estradas os espaços têm de ser limpo, de que forma a autarquia vai por em prática esta norma do Governo?

3.º - Reflorestação do concelho

- Sr. Presidente qual é a intenção que o Município tem para a reflorestação do nosso concelho? – A Continuação das plantações de eucaliptos ou a plantação de uma floresta diversificada, com espécies autóctones e com diferentes funções ambientais, em que haja uma gestão florestal coletiva em que todos temos de preservar as nossas mata, soutos, pomares, etc., um ordenamento correto ou cada um planta o que quer e como quer?

- *O nosso Parque Arbutos do Demo não poderia ajudar quem queira plantar produzindo espécies autóctones que seriam dadas ou vendidas a preço simbólico aos produtores florestais do concelho?*

- *Qual é efetivamente a área de eucaliptos do nosso Concelho.*

- *Por último gostaria de saber se existe uma coordenação efetiva entre as Juntas de Freguesia e a Autarquia, no que diz respeito à floresta.”*

----- Os Membros Sr.^a Helena Reis e Manuel António Reis, solicitaram ao Sr. Presidente da Câmara alguns esclarecimentos acerca da limpeza de terrenos que não possuem floresta, pretendendo saber, nomeadamente de que forma serão cobradas as despesas das limpezas de materiais lenhosos sem valor monetário, como mato, casa sejam os serviços da Câmara a executar as limpezas. -----

----- O Membro Manuel António Reis, referindo-se à tomada de posse realizada no dia 16 de outubro, disse que o momento musical não foi oportuno naquele dia, dia do trágico incêndio.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara agradeceu a intervenção dos membros acima identificados e esclareceu como segue: -----

“ Todos estamos sensibilizados para as questões da floresta, a autarquia têm todos os documentos de gestão florestal e de emergência devidamente elaborados, aprovados e homologados. A Proteção Civil defende que todos nós, e não podemos ficar indiferentes, pelo contrário, enquanto eleitos locais temos responsabilidades acrescidas nestas matérias. Felizmente no nosso concelho, este ano apenas tivemos um incêndio que destruiu 700 hectares de mato e algum pinhal, não tirou vidas, apenas houve prejuízos materiais.

Infelizmente muitas vezes embora os planos municipais de defesa da floresta contra incêndios e o de emergência, contemplem a identificação do território, os agentes, os meios, os riscos, mas obviamente em face de alguns incêndios não há planos que resistam.

De acordo com a legislação recentemente publicada, o Decreto-Lei nº. 114/2017, de 29 de dezembro é obrigatória a realização de faixas de gestão de combustíveis em zonas habitacionais, industriais e outras. A Câmara Municipal está obrigada a identificar essas zonas e a notificar os proprietários para procederem à limpeza das áreas até ao dia 15 de março do ano em curso, caso eles não a façam a Câmara Municipal é obrigada a limpar e em seguida enviar-lhes os documentos de despesa para efeito de pagamento, bem como a aplicação de coimas de valor significativo. Naquela norma legal é passada a responsabilidade para os municípios, pelo que temos de arranjar meios para a cumprir e fazer-la cumprir. As pessoas têm que ter

Ata N.º	06/2017
Livro N.º	Folha N.º
6	

consciência de que é necessário prevenir para evitar catástrofes como as que ocorreram neste ano.

Quanto à reflorestação, foi também publicada recentemente legislação sobre a matéria. Neste momento quem tem o poder de licenciar, nomeadamente plantações de espécies de crescimento rápido é o ICNF, que o faz muitas vezes contra instruções dos municípios, sem qualquer tipo de fiscalização. Nós como é obvio não temos qualquer responsabilidade nesta matéria, mas em face da nova legislação, neste momento a plantação de eucaliptos não é permitida em áreas ardidas, se nessas áreas não existiam eucaliptos antes do fogo. Quem tinha áreas licenciadas para a plantação desta espécie, a área é lhes reduzida para metade.

No nosso plano temos previstas duas ações em matéria de recuperação das áreas e infraestruturas afetadas pelo incêndio que lavrou em Fráguas e Vila Cova à Coelheira no verão do corrente ano. Estão a ser criadas as zonas de intervenção florestal nas freguesias do município para serem candidatas a financiamento.

Quanto ao Parque Botânico “Arbutus do Demo”, como foi sugerido pelo membro Sr. Pedro Sousa, este equipamento poderá ser transformado num centro de produção de árvores autóctones, até porque aquele espaço tem de ser dinamizado.”

----- Relativamente à intervenção do membro Sr. Manuel António Reis, o Sr. Presidente referiu que a cerimónia de tomada de posse dos órgãos autárquicos do Município estava marcada para o dia 16 de outubro, e que ninguém podia adivinhar que os fogos iam ter as consequências que tiveram. Disse ainda que não é tão insensato e tão insensível quando aquele membro o julga. -----

----- **Designação de Interlocutores dos Grupos Municipais, ao abrigo do art.º 15.º do Regimento da Assembleia Municipal.** -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, informou que os grupos municipais podem realizar reuniões prévias, ou conferências com a Mesa da Assembleia, tornando-se mais fácil se houver um interlocutor dos grupos municipais representados na Assembleia Municipal. Em Vila Nova de Paiva existem apenas dois grupos, um afeto ao Partido Socialista, outro afeto à Coligação PPD/PSD-CDS-PP, sendo conveniente identificarem/designarem um representante e um substituto, para apresentarem à Mesa, no sentido de em futuras situações em que haja necessidade de reunir se estar a falar com todos, falando-se apenas com o representante do grupo, tornando mais simples a coordenação com a mesa da Assembleia.-----

----- Após esclarecimentos do Sr. Presidente, foi apresentado à Mesa da Assembleia um requerimento/proposta sobre a matéria, subscrita pelos membros do Partido Socialista, do seguinte teor integral: -----

“No âmbito do Regimento da Assembleia Municipal no que refere ao assunto referido, e de acordo com o art.º 15.º n.º 3 e 4 , informamos que está constituído o Grupo Municipal do Partido Socialista (PS), cuja Direção é constituída pelos seguintes Membros da Assembleia Municipal, com a designação do Presidente e Substituto:

- Presidente: António César Silva Rodrigues da Fonseca;*
- Substituto: António Manuel Rodrigues Coelho;*
- Elemento da Direção: Mário Jorge Martinho Morgado.”*

----- A Coligação não indicou os representantes do seu grupo, embora o Sr. Presidente da Assembleia tenha endereçado no passado dia 20 de dezembro, e-mail sobre o assunto, ao Membro que encabeçou a lista da Coligação, apresentada às eleições autárquicas do passado dia 01 de outubro, Sr. Fernando Félix, que hoje não compareceu à Sessão. --- -----

----- Não havendo mais inscrições para este ponto da ordem do dia passou-se à análise da ordem do dia como segue: -----

----- ORDEM DO DIA -----

----- **2.1. Regimento da Assembleia Municipal para o Mandato de 2017/2021** – Análise, discussão e aprovação do Regimento da Assembleia Municipal a vigorar para o mandato de 2017/2021, conforme o estipulado no artigo 26.º, n.º 1, alínea a), conjugado com o artigo 29.º, n.º 1, alínea a), ambos do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Assembleia, datada de 13 de dezembro, do seguinte teor integral:-----

“Considerando que:

1. A Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.ºs 46-C/2013, de 1 de Novembro, e 50-A/2013, de 11 de Novembro, e alterada pelas Lies n.ºs 25/2015, de 30 de março, 69/2015, de 16 de julho, 7-A/2016, de 30 de março, e 42/2016, de 28 de dezembro, aprovou no seu Anexo I o regime jurídico das autarquias locais (doravante RJAL), o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico.

2. Aquela lei revogou parte significativa da designada Lei das Autarquias Locais (doravante LAL) aprovada pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, retificada pelas Declarações de Retificação n.ºs 4/2002, de 6 de fevereiro, e 9/2002, de 5 de Março, e alterada pela Lei

Ata N.º	06/2017
Livro N.º	Folha N.º
6	

n.º 67/2007, de 31 de dezembro, pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de Novembro, e pelas Leis n.ºs 75/2013, de 12 de Setembro, e 7-A/2016, de 30 de março.

3. Daquela LAL foram mantidas em vigor as disposições que regulam a constituição, composição e organização dos órgãos das autarquias locais, como dispõe o n.º 3 do art.º 6.º do Anexo I da referida Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

4. No âmbito das suas competências de funcionamento compete à assembleia municipal aprovar o seu regimento como estabelece a alínea a), do n.º 1, do art.º 26.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, competindo à mesa da assembleia municipal a elaboração e apresentação de um projeto de regimento como estipula a alínea a), do n.º 1, do art.º 29.º da mesma lei.

5. O regimento da assembleia municipal é um regulamento de organização que, balizado na lei, tem por objeto regular o funcionamento do órgão.

6. Nesta conformidade, importa aprovar um Regimento para uso da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva eleita para o mandato autárquico de 2017/2021 nas eleições gerais que tiveram lugar no pretérito dia 1 de outubro de 2017, cujo ato de instalação ocorreu no passado dia 16 de Outubro de 2017.

7. Verifica-se estar atualizado o Regimento que vigorou no mandato autárquico precedente.

8. Contudo, no que diz respeito ao modo de convocação das sessões da Assembleia Municipal, assume particular relevância hoje em dia a possibilidade de utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC), em particular o correio eletrónico.

9. De acordo com o n.º 3 do art.º 29.º do Regimento, que transcreve o disposto na parte final do n.º 1 do art.º 27.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, as sessões da Assembleia Municipal são convocadas por edital e por carta com aviso de receção ou protocolo.

10. A convocação das sessões e remessa da documentação que suporta os assuntos agendados através do correio eletrónico, contribuiria para desburocratizar, simplificar, desmaterializar e agilizar aqueles processos administrativos, proporcionando a redução dos custos que lhe estão associados.

11. De uma maneira geral as TIC são um instrumento potenciador da mudança e promotor da modernização pelos serviços administrativos, na cidadania e da racionalidade económica, pelo que o seu contributo para a desburocratização e transparência aumenta a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida dos cidadãos.

Assim, a Mesa da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, atenta ao disposto na alínea a), do n.º 1, do art.º 29.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de

Setembro, propõe a manutenção para o mandato autárquico de 2017/2021, do **REGIMENTO** atualmente em vigor, e que vai Anexo à presente proposta, dela fazendo parte integrante, com o aditamento dos n.ºs 11 e 12 ao art.º 29.º, como segue:

“Artigo 29.º

Convocação das sessões

1 –

2 –

3 –

4 –

5 –

6 –

7 –

8 –

9 –

10 –

11 – Sem prejuízo do disposto no n.º 3, mediante consentimento prévio do membro da assembleia municipal, a convocação das sessões, bem como a remessa de documentos que suportem os assuntos agendados na ordem do dia, são notificadas apenas por correio eletrónico, através de endereço de correio eletrónico institucional criado para o efeito, e de que o interessado é o único titular.

12 – As notificações expedidas nos termos do número anterior consideram-se feitas na data constante do relatório comprovativo de entrega bem sucedida.”

----- O Sr. Presidente da Assembleia a propósito da sua proposta de alteração ao regimento esclareceu como segue: -----

“ Como é do conhecimento de V.ªs Ex.ªs o Regimento é um documento que nos rege em todas as circunstâncias nas reuniões. O Grupo Municipal do Partido Socialista fez uma análise do regimento em vigor e entendemos que deveríamos fazer uma alteração , com um único objetivo, a inclusão de uma artigo que preveja que as Convocatórias da Assembleia Municipal e o envio de toda a documentação relacionada com as Sessões seja feita através de e-mail para o efeito criado para cada membro um e-mail institucional da autarquia. No sentido de evitarmos burocracia, custos e facilitar a comunicação. Para tal os Srs. membros que desejarem receber a documentação por este meio, têm de assinar uma declaração de consentimento de recepção da documentação via mail, a concordar com esta forma de envio.”

----- Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia, inscreveu-se o Sr. Carlos Paulo, que solicitou ao Sr. Presidente da Mesa a possibilidade de envio da

Ata N.º	06/2017
Livro N.º	Folha N.º
6	

convocatória com maior antecedência, e a disponibilização de um wirels para acesso à Net durante as sessões. O Sr. Presidente da Mesa informou que os prazos são os que estão definidos na Lei geral.-----

----- Não havendo mais inscrições para este ponto da ordem do dia, o Sr. Presidente colocou-o a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações foi deliberado por unanimidade aprovar as alterações ao Regimento da Assembleia Municipal, constantes da proposta do Sr. Presidente da Mesa, acima transcrita .-----

----- **2.2. Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento Municipal para o Exercício de 2018** – Aprovados nos termos da proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 7 de dezembro, na reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 15 de dezembro de 2017 – Apreciação e aprovação. -----

----- Foi presente à reunião a proposta aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 15 de dezembro, acompanhada das GOP e Orçamento para 2018, do seguinte teor integral: -----

“Compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais (doravante RJAL) aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas.

De acordo com o n.º 1 do art.º 45.º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (doravante RFALEI) aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 6 de setembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 46-B/2013, de 1 de novembro, e alterada pelas Leis n.ºs 82-D/2014, de 31 de dezembro, 69/2015, de 16 de julho, 132/2015, de 4 de setembro, 7-A/2016, de 30 de março, e 42/2016, de 28 de dezembro, a câmara municipal deve apresentar à assembleia municipal, até 31 de outubro de cada ano, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte, salvo nos casos em que as eleições para a câmara municipal ocorram entre 30 de julho e 15 de dezembro, situação em que a proposta de orçamento deverá ser apresentada no prazo de três meses a contar da respetiva tomada de posse, conforme n.º 2 do mesmo artigo, em qualquer caso devendo incluir os elementos referidos no art.º 46.º do mesmo regime.

Como esta Câmara Municipal eleita no pretérito dia 1 de outubro de 2017, foi instalada no dia 20 de outubro, o prazo para apresentação da proposta de orçamento municipal poderia ocorrer até 20 de janeiro de 2018, circunstância que não se irá verificar neste Município.

O n.º 1 do art.º 44.º do RFALEI prevê ainda que as câmaras municipais apresentem às respetivas assembleias municipais uma proposta de quadro plurianual de programação orçamental, designado de “Quadro Plurianual Municipal” (doravante QPM), em simultâneo com a proposta de orçamento municipal, em articulação com as Grandes Opções do Plano (GOP), cujos limites são vinculativos para o ano seguinte ao exercício económico do orçamento e indicativos para os restantes, sendo atualizado anualmente, para os quatro anos seguintes, no orçamento municipal.

Contudo o referido QPM carece de regulamentação conforme estabelecido no art.º 47.º do mesmo RFALEI, que deveria ter sido aprovada até 120 dias após a sua publicação (ou seja, até 3 de janeiro de 2014), não tendo sido publicada até à data tal regulamentação, pelo que não é apresentado o referido QPM com o presente Orçamento Municipal, dado não estarem tipificados os documentos e conteúdos do mesmo.

O Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, aprova em Anexo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e revoga o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelos Decretos-Leis n.ºs 315/2000, de 2 de dezembro, e 84-A/2002, de 5 de abril, e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro, com exceção dos pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento,

O SNC-AP é aplicável a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local (n.º 1 do art.º 3.º), integra a estrutura conceptual da informação financeira pública, as normas de contabilidade pública e o plano de contas multidimensional, constantes, respetivamente, nos Anexos I, II e III ao Decreto-Lei n.º 192/2015, e é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão (artigo 4.º).

Foram já publicadas a Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho, que aprova as Notas de Enquadramento do Plano de Contas Multidimensional, e a Portaria n.º 218/2016, de 9 de agosto, que aprova o Regime Simplificado do SNC – AP, aplicável às entidades que, integrando o SNC-AP, cumpram os requisitos para serem consideradas pequenas entidades ou microentidades.

Previsto para entrar em vigor em 1 de janeiro de 2017, foi entretanto publicado o Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro, que introduz a primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, passando a dispor nos artigos 14.º e 18.º

Ata N.º	06/2017
Livro N.º	Folha N.º
6	

que as entidades a quem se aplica o SNC-AP devem, durante o ano de 2017, assegurar as condições e tomar as decisões necessárias para a transição para o SNC-AP a partir de 1 de janeiro de 2018, pelo que se manteve em vigor o POCAL durante o exercício de 2017.

Conforme comunicado pela Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) através de Nota Explicativa de outubro de 2017, após consulta à Comissão de Normalização Contabilística (CNC), o orçamento das entidades autárquicas para 2018, a elaborar no ano de 2017, ainda será preparado de acordo com o modelo do POCAL, havendo depois, a partir de 1 de janeiro de 2018, um ajustamento em sede de execução, para os modelos de relato previstos no SNC-AP.

Nesta conformidade, a proposta do Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano (GOP) para o exercício de 2018, são assim elaborados em POCAL, sendo consideradas as transferências do Estado previstas para 2017 no Mapa XIX da Lei do Orçamento do Estado para 2017 aprovada pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

Apesar dos constrangimentos financeiros que ainda se fazem sentir na atual conjuntura económica, o Município continuará a prosseguir as suas atribuições, definindo as prioridades que entenda relevantes para o futuro das suas populações, acautelando os meios de que dispõe e procurando ativamente outras fontes de financiamento, nacionais e comunitárias.

O Orçamento Municipal proposto importa quer do lado da receita quer do lado da despesa em € 12.619.644,30 (doze milhões, seiscentos e dezanove mil seiscentos e quarenta e quatro euros e trinta cêntimos).

No âmbito dos investimentos a realizar previstos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) integrado nas Grandes Opções do Plano (GOP), muito irá depender da capacidade do Município se cofinanciar, nomeadamente através da captação de fundos nacionais e comunitários, quer ainda no âmbito dos fundos estruturais no âmbito do novo quadro de apoio comunitário Portugal 2020.

De referir que de acordo com o n.º 3 do art.º 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município, aprovados pelo Regulamento n.º 890/2010 publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 243, de 17 de Dezembro de 2010, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), determinada com base na aplicação de um percentual sobre a fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, é aprovada anualmente pelo Município até ao final do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência.

Por sua vez, o n.º 1 do art.º 8.º do mesmo Regulamento n.º 890/2010 dispõe que os valores das taxas municipais previstas na Tabela de Taxas, anexa ao referido Regulamento, podem ser atualizados em sede de orçamento anual de acordo com a taxa de inflação, utilizando-se para o efeito a taxa de variação média dos últimos doze meses do Índice de Preços no Consumidor (IPC), exceto habitação, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, com referência ao mês imediatamente anterior ao da elaboração do Orçamento Municipal.

Face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere:

a) Aprovar, em proposta, as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento Municipal para o exercício de 2018, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais (RJAL) aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;

b) Manter em 0,25% a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o exercício de 2018, ao abrigo do n.º 3 do art.º 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município, aprovados pelo Regulamento n.º 890/2010;

c) Manter, para o exercício de 2018, o valor das demais taxas municipais, atendendo à atual conjuntura económica que ainda continua a afetar as famílias e as empresas, ao abrigo do n.º 1 do art.º 8.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município, aprovados pelo Regulamento n.º 890/2010.”

----- O Sr. Presidente da Câmara fez uma apresentação detalhada dos documentos de gestão em apreço, dando especial destaque às obras de construção das três novas ETAR's de Pendilhe, Touro e Vila Cova à Coelheira à Regeneração Urbana e à exploração de água para consumo humano no Lugar do Fermeiro/Serra da Nave na Freguesia de Touro que irá abastecer por gravidade as freguesias de Touro, Vila Cova à Coelheira e Queiriga e o projeto intermunicipal de construção da Barragem da Maeira -----

----- Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia, inscreveram-se e usaram da palavra os membros Srs. César Fonseca e Manuel António Reis, que intervieram como segue: -----

----- O Sr César Fonseca Referiu o seguinte: -----

“No seguimento das questões abordadas no período antes da ordem do dia, relativamente ao problema dos incêndios e projetos de reflorestação previstos nas GOP e Orçamento, entendo que o mais eficaz será a sensibilização da população para a limpeza das áreas envolventes às habitações.

Ata N.º	06/2017
Livro N.º	Folha N.º
6	

Quanto à questão da água para bastecimento publico, como podemos constatar, estão previstas no orçamento verbas consideráveis para o efeito. Pretendemos saber se a exploração do Fermerio ou Serra da Nave e todas as outras identificadas irão resolver definitivamente o problema da água no Concelho. Todos nós sabemos que a questão da água é um problema mundial, mas o certo é que cabe-nos a nós a resolução do problema do abastecimento às nossas populações.

Neste orçamento verifico, na rubrica 02-02-25 - Outros Serviços – tem uma dotação que passou de 36 mil euros para 346 mil euros, havendo uma diferença/aumento de 310 mil euros. Pretendo saber a que é que diz respeito esta verba, que tem um aumento muito significativo comparativamente ao ano de 2017.

Verifico, no orçamento uma verba de 600 mil euros de financiamentos, pretendo saber a que projetos se refere este financiamento.

Na rubrica de transportes o valor da despesa passa de 283 mil euros para 355 mil euros, também na rubrica de alimentação de géneros para confeção relacionada com as escolas verificamos um aumento significativo, porque?

----- O Sr. Presidente da Câmara em resposta ao Sr. César Fonseca, informou/esclareceu como segue: -----

“ Quanto à problemática da água, a Câmara Municipal, está juntamente com outras Câmara a desenvolver um projeto intermunicipal para a construção da barragem da Maeira, mas para que esta obra possa avançar é necessário o apoio/financiamento por parte do Estado. No entanto nós face à falta de água que se tem verificado, e como todos sabem o problema mais grave é o de Vila Cova à Coelheira, não podemos estar à espera, temos de fazer o nosso caminho e é por isso que nos aparecem aqui várias obras que serão executadas com financiamento municipal, cerca de 300 mil euros para melhoramentos imediato das captações de água existentes e para a construção de uma albufeira na Serra da Nave/ Fermerio, que julgo que resolverá estruturalmente o nosso problema.

Quanto à rubrica de transportes escolares, o custo diário é de 1.200 euros, o que para 180 dias letivos perfaz o montante de 210.600 euros anuais.

A rubrica outros serviços, é uma rubrica onde se pode prever valores para vários tipos de serviços não especificados.”

----- O Sr. Manuel António Reis, referiu o seguinte: -----

“ 1.º - Relativamente à questão da água, e como o Sr. Presidente disse, o problema mais grave o de Vila Cova à Coelheira. Pretendo saber qual é a solução especificamente para aquela freguesia. Gostaria também que o Sr. Presidente da

Câmara nos informasse dos custos globais que a autarquia teve de suportar com o transporte de água no verão passado.

2.º - Como é do conhecimento geral um dos grandes problemas de Vila Nova de Paiva é o investimento, não só público mas também privado. A autarquia devia seguir a ideia de outros municípios como Viseu e outros, como por exemplo a criação do Gabinete de Apoio ao Investimento. É certo que o Sr. Presidente fará todos os esforços para cativar investimento, mas neste momento as Câmara têm de ser proativas.”

----- O Sr. Presidente da Câmara em resposta à intervenção do Sr. Manuel António Reis, disse o seguinte: -----

“ Em 2016, foram reforçadas as captações de água em Vila Cova à Coelheira, nomeadamente a da Carvalha, a do Côvo que é explorada no ribeiro da Moirisca e a do Rodrigo que abastece o depósito antigo. Porém com a seca severa do verão passado o côvo secou e todas as outras faliram, Vila Cova ficou sem água. A Câmara reativou o furo do Pedrouco, que estava parado á mais de dez anos e que abastece todo o Lugar de Cima e o Lugar da Relva. As restantes zonas daquela freguesia tiveram de ser abastecidas através de trasfega diária inicialmente com os carros dos Bombeiros, de Pendilhe, e do Rio do Touro. Mais tarde o abastecimento à freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Queiriga passou a ser feito com a água das minas da Lousadela. Felizmente, embora tenha havido baixa de pressão durante algumas horas do dia, nunca faltou a água nas torneiras dos consumidores.

Os Bombeiros foram uma ajuda fantástica, a Câmara está-lhes muito grata. O custo dos serviços de transporte em cisternas durante um mês e meio foi de 700 € diários.

Quanto à questão do investimento privado, o município tem tido a preocupação de proporcionar as melhores condições, desde logo o licenciamento que tem sido simplificado, o município tem dado as melhores condições de políticas fiscais com a redução em 50% das taxas de licenciamento urbanístico, a oferta de terrenos infraestruturados a preços reduzidos.

Quanto à criação de Gabinete de Apoio ao Investidor, julgo que Vila Nova de Paiva não tem dimensões que justifiquem a criação daquele gabinete. Nós já possuímos desde à muitos ano o Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local (GADIL) que tem ajudado muitos empresários na criação de empresas ao longo dos últimos anos.”

----- Não havendo mais inscrições para este ponto da ordem do dia, o Sr. Presidente da Mesa colocou-o a votação. -----

Ata N.º 06/2017	
Livro N.º	Folha N.º
6	

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com cinco abstenções dos Srs. Manuel António Reis, Serafim Esteves, Carlos Paulo, Cristina Pinto e Ana Catarina Cardoso, aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2018, bem como, o demais proposto pela Câmara Municipal e acima transcrito. -----

----- **2.3. Mapa de Pessoal para o exercício de 2018** – Proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 27 de novembro de 2017, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 15 de dezembro de 2017 – Apreciação e aprovação. -----

----- Foi presente á reunião a proposta aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 15 de dezembro, do seguinte teor integral: -----

1. É aplicável à administração direta e indireta do Estado e, com as necessárias adaptações, designadamente no que respeita às competências em matéria administrativa dos correspondentes órgãos de governo próprio, aos serviços da administração regional e da administração autárquica, a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (doravante LTFP) aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, retificada pela Declaração de Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, e alterada pelas Leis n.ºs 84/2015, de 7 de agosto, 18/2016, de 20 de junho, 42/2016, de 28 de dezembro, 25/2017, de 30 de maio, e 70/2017, de 14 de agosto, de acordo com os n.ºs 1 e 2 do seu art.º 1.º.

2. De acordo com o n.º 2 do art.º 44.º do diploma preambular da LTFP; Lei n.º 35/2014, o novo regime não prejudica a vigência de normas da lei do orçamento do Estado em vigor.

3. Os municípios dispõem de mapas de pessoal anuais, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução, como estabelece o n.º 1 do art.º 29.º da LTFP, devendo o mapa de pessoal conter a indicação do número de postos de trabalho de que o município carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, e com a caracterização prevista no n.º 2 do mesmo artigo.

4. Como resulta da aplicação conjugada do n.º 4 do art.º 29.º da LTFP, com a alínea o), do n.º 1, do art.º 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e alínea a), do n.º 2, do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de Abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro, o mapa de pessoal é aprovado pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, juntamente com a proposta de orçamento municipal.

5. Para efeitos da orçamentação e gestão das despesas com o pessoal para o ano de 2018, compete à câmara municipal, ainda nos termos do disposto no art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, cotejado com o art.º 31.º, n.º 1, da LTFP, prever as verbas destinadas a suportar os encargos com as remunerações dos trabalhadores que se devam manter em exercício de funções, bem como decidir sobre o montante máximo de cada um dos seguintes encargos, se legalmente admissíveis:

a) Com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalhos previstos, e não ocupados, no mapa de pessoal aprovado e, ou;

b) Com alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções, se legalmente.

c) Com a atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores da Câmara Municipal.

6. O Mapa de Pessoal proposto em anexo está desdobrado em função das unidades orgânicas e demais serviços previstos na estrutura orgânica flexível em vigor aprovada pela Deliberação n.º 74/2013 publicada na 2.ª Série do Diário da República n.º 8, de 11 de Janeiro de 2013, na sequência da adequação da estrutura orgânica às regras e critérios previstos na Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, conjugada com as disposições do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.

7. No quadro seguinte apresenta-se a evolução do número de trabalhadores com vínculo de emprego público ao serviço do Município reportada ao final dos anos de 2008 a 2016, bem como a sua previsão para o final do ano de 2017:

	Tipo de vínculo e número de trabalhadores	31.12. 2008	31.12. 2009	31.12. 2010	31.12. 2011	31.12. 2012	31.12. 2013	31.12. 2014	31.12. 2015	31.12. 2016	31.12. 2017
(1)	Trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, que transitaram em 01.01.2009 do regime de nomeação definitiva.	82	81	79	76	75	73	71	68	67	63
(2)	Trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado contratados após 01.01.2009	0	0	43	46	47	48	48	46	45	45
(3)	Trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado= (1) + (2)	82	81	112	122	122	121	119	114	112	108
(4)	Contratados com vínculo de emprego público a termo resolutivo certo	61	56	20	1	9	0	0	0	0	6
(5)	Contratados com vínculo de emprego público a termo resolutivo incerto	0	0	0	5	5	5	5	5	5	5
(6)	Total de trabalhadores	143	137	132	128	136	126	124	119	117	119

Ata N.º 06/2017	
Livro N.º	Folha N.º
6	

	= (3) + (4) + (5)									
--	-------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--

8. A previsão final do ano em curso teve em consideração a alteração da situação funcional dos seguintes sete trabalhadores:

- Isabel Carlota Ribeiro, detentora de vínculo de emprego público titulado por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, integrada na carreira geral de assistente operacional, com a categoria de assistente operacional, transitada em 1 de janeiro de 2009 do regime de nomeação definitiva, retirada do mapa de pessoal por falecimento em 3 de janeiro de 2017;
- Margarida Sofia de Matos Dias, detentora de vínculo de emprego público titulado por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, integrada na carreira geral de técnico superior, com a categoria de técnico superior (área de psicologia), transitada em 1 de janeiro de 2009 do regime de nomeação definitiva, retirada do mapa de pessoal por cessação de funções em 18 de janeiro de 2017 nesta Câmara Municipal, por consolidação da mobilidade na categoria na Câmara Municipal da Lousã a partir de 19 de janeiro de 2017 onde se encontrava a exercer funções;
- João Rochinha Afonso, detentor de vínculo de emprego público titulado por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, integrado na carreira geral de assistente operacional, com a categoria de assistente operacional, transitado em 1 de janeiro de 2009 do regime de nomeação definitiva, retirado do mapa de pessoal por aposentação a partir de 1 de agosto de 2017;
- Cristóvão Malhada Ferreira, detentor de vínculo de emprego público titulado por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, integrado na carreira geral de técnico superior, com a categoria de técnico superior (área de recursos humanos), transitado em 1 de janeiro de 2009 do regime de nomeação definitiva, acrescido ao mapa de pessoal por consolidação da mobilidade na categoria nesta Câmara Municipal a partir de 1 de outubro de 2017, cessando funções na Câmara Municipal de Moimenta da Beira em 30 de setembro de 2017;
- Acácio Oliveira Fonseca, detentor de vínculo de emprego público titulado por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, integrado na carreira geral de assistente operacional, com a categoria de assistente operacional, transitado em 1 de janeiro de 2009 do regime de nomeação definitiva, retirado do mapa de pessoal por aposentação a partir de 1 de dezembro de 2017;
- António Rui Vale do Souto, detentor de vínculo de emprego público titulado por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, integrado na carreira geral de assistente técnico, com a categoria de coordenador técnico,

transitado em 1 de janeiro de 2009 do regime de nomeação definitiva, retirado do mapa de pessoal por cessação de funções em 13 de novembro de 2017, por rescisão unilateral do respetivo contrato, por sua iniciativa.

9. Encontra-se em curso, prevendo-se a sua conclusão até ao final do corrente ano, um procedimento concursal comum de recrutamento para constituição de vínculo de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, em regime de tempo parcial, válido por um ano, eventualmente renovável nos termos e nos limites legais em vigor previstos nos artigos 60.º, n.º 1, e 61.º da LTFP, tendo em vista a ocupação de seis postos de trabalho na categoria de técnico superior, da carreira geral de técnico superior, afetos à Unidade Social e Cultural (USC), previstos e ainda vagos no Mapa de Pessoal em vigor, sendo 4 (quatro) postos de trabalho para as áreas de Desporto e Educação Física, e 2 (dois) postos de trabalho para a área de Inglês.

10. Como se constata no quadro supra, prevê-se que em 31 de Dezembro de 2017 o Município de Vila Nova de Paiva contará com o total de 119 (cento e dezanove) trabalhadores ao serviço com vínculo de emprego público, sendo:

– 108 (cento e oito) na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, dos quais 63 (sessenta e três) transitaram em 1 de janeiro de 2009 do regime de nomeação definitiva, e 45 (quarenta e cinco) contratados após 1 de Janeiro de 2009 ao abrigo do então Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP) aprovado em anexo à Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro;

– 5 (cinco) na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto, a tempo inteiro (assistentes operacionais da área de sapadores florestais);

– 6 (seis) na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, a tempo parcial (quatro técnicos superiores nas áreas de desporto/educação física e dois na área de inglês).

11. O Mapa de Pessoal anexo, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, com a proposta de Orçamento Municipal, reflete as necessidades de recursos humanos para as atividades a desenvolver a partir do exercício de 2018, sem prejuízo de eventuais alterações que venha a ser necessário introduzir, nomeadamente decorrente da adaptação à Administração Local da Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2017, de 28 de fevereiro, que cria o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública, abreviadamente designado por PREVPAP, sendo previstos:

Ata N.º 06/2017	
Livro N.º	Folha N.º
6	

– na DAF (Divisão de Administração e Finanças): para constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado estão previstos cinco postos de trabalho, sendo quatro na carreira/categoria de técnico superior (dois na área de contabilidade/gestão, um na área de direito e um na área de informática) e um na carreira/categoria de assistente técnico;

– na DTOU (Divisão Técnica de Obras e Urbanismo): para constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado estão previstos quatro postos de trabalho, sendo um para a carreira/categoria de técnico superior (área de engenharia geográfica), e três na carreira/categoria de assistente técnico, e ainda um posto de trabalho em regime de comissão de serviço para o cargo de direção intermédia de chefe de divisão;

– na USC (Unidade Social e Cultural): para constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado estão previstos dois postos de trabalho, sendo um na carreira/categoria de técnico superior (área de turismo) e outro na carreira/categoria de assistente técnico; para constituição de vínculo de emprego público a termo resolutivo certo mantêm-se os seis postos de trabalho já anteriormente previstos, todos na categoria de técnico superior (quatro na área de desporto/educação física e dois na área de inglês), tendo em vista o funcionamento de atividades das Piscinas Municipais e no Pavilhão Desportivo, e dinamização das Atividades de Animação e de Apoio à Famílias (AAAF) no âmbito da Educação Pré-Escolar e o apoio nas Componentes de Apoio à Família (CAF) no âmbito do 1.º Ciclo do ensino Básico (CEB).

Assim, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que delibere aprovar, juntamente com a Proposta de Orçamento Municipal para 2018, o Mapa de Pessoal anexo para vigorar no ano de 2018, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva ao abrigo do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugada com o n.º 4 do art.º 29.º da LTFP e alínea a), do n.º 2, do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro.”

----- O Sr. Presidente justificou a sua proposta, tendo referido que a autarquia começa a ter poucos recursos humanos na execução de trabalhos no exterior, daí que são propostos três postos de trabalho para assistentes operacionais, porque ultimamente trabalho tem sido desenvolvido por POC`s. É também proposto um lugar de informática, à semelhança do ano passado, e que não foi preenchido.-----

----- Não tendo havido inscrições para este ponto da ordem do dia, o Sr. Presidente da Mesa colocou-o de imediato a votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com cinco abstenções dos Srs. Manuel António Reis, Serafim Esteves Carlos Paulo, Cristina Pinto e Ana Catarina Cardoso, aprovar o Mapa de Pessoal para 2018. -----

----- **2.4. Autorização prévia genérica de assunção de compromissos plurianuais para o ano de 2018 no âmbito da LCPA (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso)** – Proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 22 de novembro de 2017, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 15 de dezembro de 2017 – Apreciação e aprovação. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 15 de dezembro, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

a) De acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 6 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, reprimido pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargos plurianuais, isto é, a encargos orçamentais em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de bens e serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:

i) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, como é o caso das Grandes Opções do Plano (GOP) nos Municípios; ou

ii) Os seus encargos não excedam o limite de € 99.759,58 (20.000 contos), em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

b) Acontece, porém, que a alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, designada por Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (doravante LCPA), estabelece que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita aos municípios, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Ata N.º 06/2017	
Livro N.º	Folha N.º
6	

c) Por sua vez, o art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, que regulamenta a citada LCPA, vem dispor, no que diz respeito aos municípios, que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pela Assembleia Municipal poderá ser dada quando da aprovação das Grandes Opções do Plano (GOP), excetuando-se os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento de despesa.

d) Como por força do art.º 13.º da LCPA, o disposto na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da mesma LCPA, prevalece sobre o referido n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para o ano de 2018 há necessidade de solicitar a referida autorização prévia à Assembleia Municipal, nos mesmos termos do disposto no n.º 1 daquele art.º 22.º.

Assim, face ao exposto, e por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as demais entidades do setor público administrativo, sendo um procedimento já adotado neste Município nos exercícios transatos, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere aprovar a presente proposta nos termos que se seguem:

1. Para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da LCPA, que seja dada autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais nos casos seguintes:

a) Quando resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano (GOP) em vigor; ou

b) Os seus encargos não excedam o limite de € 99.759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá ter lugar quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na LCPA, e respetiva regulamentação aprovada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.

3. A Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, dentro dos limites legais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1 que antecede, até ao montante permitido por lei no âmbito do regime de contratação pública.

4. O regime de autorização prévia ora proposto deverá aplicar-se à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.ºs 1 e 2 que antecedem a assumir ou que produzam efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2018.

5. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser apresentada pelo Presidente da Câmara informação sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.

6. A presente deliberação deverá ser submetida à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da LCPA, e art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.”

----- Não tendo havido inscrições para este ponto da ordem do dia, o Sr. Presidente da Mesa colocou-o a votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta acima transcrita. -----

----- **2.5. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para vigorar em 2018** – Fixação da taxa de IMI dos prédios urbanos e das deduções fixas dos prédios urbanos de sujeitos passivos com dependentes a cargo, para vigorarem em 2018 – Proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 7 de dezembro, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal do 15 de dezembro de 2017 – Apreciação e aprovação. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 15 de dezembro de 2017, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que :

1. O art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (doravante CIMI), aprovado no Anexo I ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, na redação atual, estabelece o valor das taxas do IMI aplicáveis aos prédios urbanos para vigorarem no ano seguinte, que atualmente variam de 0,3% a 0,45%, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do referido art.º 112.º.

2. Os municípios definem anualmente o valor das taxas do IMI aplicáveis aos prédios urbanos para vigorarem no ano seguinte, de entre os limites acima referidos, podendo as taxas ser fixadas por freguesia, mediante deliberação da assembleia municipal sob proposta da câmara municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 e do n.º 5 do referido art.º 112.º, em conjugação com a alínea d), do n.º 1, do art.º 25.º do regime jurídico das autarquias locais (doravante RJAL) aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro,

Ata N.º	06/2017
Livro N.º	Folha N.º
6	

3. O anteriormente designado “IMI Familiar” foi reconfigurado através do art.º 112.º-A do CIMI, aditado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, passando a dispor-se nos n.ºs 1, 4 e 5 do referido artigo 112.º-A, conjugado com a alínea d), do n.º 1, do art.º 25.º do RJAL, que mediante deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, podem ser fixadas reduções ao IMI que vigorar para o ano a que respeita o imposto, a aplicar a prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, quando nele estiver fixado o respetivo domicílio fiscal, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no art.º 13.º do Código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro, nos seguintes termos: uma dedução fixa no valor de € 20,00, no caso de um dependente a cargo, uma dedução fixa de € 40,00, no caso de dois dependentes a cargo, e uma dedução fixa de € 70,00, havendo três ou mais dependentes a cargo.

4. Em conformidade com o disposto no n.º 6 do art.º 112.º-A do CIMI, a Autoridade Tributária e Aduaneira (doravante AT) comunicou por correio eletrónico de 14 de setembro de 2017 o número de agregados familiares com um, dois e três ou mais dependentes, com domicílio fiscal em prédio destinado a habitação própria e permanente situado na área territorial deste Município (estimados com base na Declaração Modelo 3 de IRS de 2016), e ainda a informação relativa ao Valor Patrimonial Tributário (VPT) dos prédios em causa, desagregado por número de dependentes, bem como a coleta correspondente, com referência ao ano de 2016, que tem em consideração as isenções de IMI vigentes em 2016 bem como a redução de taxa então prevista no n.º 13 do art.º 112.º do CIMI comunicada por este Município à AT. A informação transmitida foi a seguinte:

Número de dependentes a cargo	Número de agregados familiares	Valor Patrimonial Tributário (VPT) dos prédios	Coleta de IMI de 2016
1	151	€ 9.073.046,56	€ 17.764,65
2	162	€ 10.037.624,02	€ 20.042,03
3 ou mais	16	€ 675.583,14	€ 972,43

5. As deliberações da assembleia municipal devem ser comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), por transmissão eletrónica de dados, para vigorarem no ano seguinte, aplicando-se as taxas mínimas referidas na alínea c) do n.º 1 artigo 112.º, caso as comunicações não sejam recebidas até 30 de dezembro, como estabelece o n.º 14 do art.º 112.º do CIMI.

Assim, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, ao abrigo da alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33.º do RJAL, delibere submeter à

apreciação e aprovação da Assembleia Municipal ao abrigo da alínea d), do n.º 1, do art.º 25.º, do mesmo RJAL, a seguinte proposta:

a) Fixar a taxa do IMI para vigorar na área do Município no ano de 2018, pela taxa mínima de 0,3% prevista na alínea c), do n.º 1, do art.º 112.º do CIMI.

b) Fixar as seguintes deduções fixas do IMI para vigorar no ano de 2018, ao abrigo e nos termos do n.º 1 do art.º 112.º-A do CIMI, aditado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, a aplicar a prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, quando nele estiver fixado o respetivo domicílio fiscal, atendendo ao número de dependentes:

. Dedução fixa do IMI em € 20,00, no caso de um dependente a cargo;

. Dedução fixa do IMI em € 40,00, no caso de dois dependentes a cargo; e

. Dedução fixa do IMI em € 70,00, no caso de três ou mais dependentes a cargo”.

----- Não tendo havido inscrições para este ponto da ordem do dia, o Sr. Presidente da Mesa colocou-o a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta da Câmara Municipal acima transcrita.-----

----- **2.6. Nomeação de Auditor Externo para as Contas do Município de Vila Nova de Paiva para o triénio de 2018 a 2020**, ao abrigo do n.º 1 do 77.º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais – Proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 7 de dezembro, aprovada na reunião ordinária da Câmara Municipal do 15 de dezembro de 2017, de nomeação da sociedade Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda – Apreciação e aprovação. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, aprovada em reunião ordinária do dia 15 de dezembro de 2017, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

1. O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (doravante RFALEI) foi aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.ºs 46-B/2013, de 1 de novembro, e 50-C/2013, de 11 de novembro, e alterada pelas Leis n.ºs 83-C/2013, de 31 de dezembro, 75-A/2014, de 30 de setembro, 82-B/2014, de 31 de dezembro, 69/2015, de 16 de julho, 132/2015, de 4 de setembro, 7-A/2016, de 30 de março, e 42/2016, de 28 de dezembro.

2. De harmonia com o n.º 3 do art.º 76.º do RFALEI, os documentos de prestação de contas são remetidos à assembleia municipal para apreciação, juntamente com a certificação legal das contas e o parecer sobre as mesmas

Ata N.º	06/2017
Livro N.º	Folha N.º
6	

apresentados pelo revisor oficial de contas (ROC) ou sociedade de revisores oficiais de contas (SROC), nos termos previstos no art.º 77.º da mesma lei.

3. Estabelece o n.º 1 do art.º 77.º do RFALEI, que o auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, é nomeado por deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

4. Compete ao auditor externo, que procede anualmente à revisão legal das contas, de acordo com os n.ºs 2 e 4 do mesmo art.º 77.º do RFALEI:

i) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;

ii) Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos (PPI) do município;

iii) Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;

iv) Remeter semestralmente à câmara municipal e à assembleia municipal informação sobre a respetiva situação económica e financeira;

v) Emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados individuais e consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela assembleia municipal;

vi) Pronunciar-se sobre quaisquer outras situações determinadas por lei, designadamente sobre os planos de recuperação financeira, antes da sua aprovação nos termos da lei.

5. A contratação da prestação de serviços de um ROC ou SROC para efeitos de certificação legal de contas nos termos dos artigos 76.º e 77.º do RFALEI, rege-se pelas disposições do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP) aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, e demais alterações que lhe foram introduzidas, conjugadas com as disposições dos artigos 41.º e seguintes do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (doravante EOROC) aprovado em Anexo à Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro.

6. Para a prestação de serviços de auditoria externa no âmbito dos artigos 76.º e 77.º do RFALEI, para as Contas dos Exercícios de 2014 até 2017, foi sucessivamente nomeada pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do n.º 1 do art.º 77.º do mesmo regime, a firma Fernando

Peixinho & José Lima, SROC, Lda, pessoa coletiva registada sob o número 502 525 410, como sede em Bragança, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 92.

7. De acordo com o art.º 48.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, constituem também funções dos revisores oficiais de contas, fora do âmbito das funções de interesse público, o exercício de atividades de consultoria e outros serviços no âmbito de matérias inerentes à sua formação e qualificação profissionais, nomeadamente análises financeiras, estudos de viabilidade económica, pareceres sobre matérias contabilísticas, revisão de declarações fiscais, elaboração de estudos, pareceres e demais apoio e consultoria em matérias fiscais e parafiscais, que se julga também serem relevantes contratar com o auditor externo, tendo em atenção a implementação a partir de 1 de janeiro de 2018 do Sistema de Normalização Contabilística da Administração Pública (SNC – AP) aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 85/2016, de 21 de dezembro, e 192/2015, de 11 de setembro, tendo aquela sociedade de revisores de contas já manifestado essa disponibilidade.

8. Nada tendo a opor à prestação da referida SROC no âmbito das atividades de auditoria externa que têm vindo a ser desenvolvidas no Município, importa decidir da sua nomeação como Auditora Externa das Contas do Município para o triénio de 2018/2020, para o exercício das atividades de certificação legal de contas e outras obrigações legais, no âmbito dos artigos 76.º e 77.º do RFALEI conjugadas com as disposições dos artigos 41.º e seguintes do EOROC, bem como para atividades de consultoria para a área das finanças locais, pelo preço contratual anual de € 8.400,00 (oito mil e quatrocentos euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor de 23%,

Nesta conformidade, face ao exposto, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que delibere aprovar a presente proposta de nomeação da firma FERNANDO PEIXINHO & JOSÉ LIMA, SROC, LDA, como Auditora Externa das Contas do Município para o triénio de 2018/2020, para desenvolvimento das atividades de certificação legal de contas e outras obrigações legais no âmbito dos artigos 76.º e 77.º do RFALEI, bem como para atividades de consultoria para a área das finanças locais, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva ao abrigo do n.º 1 do art.º 77.º do RFALEI, na sessão ordinária a realizar no corrente mês de dezembro, e a contratualizar posteriormente nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP), na modalidade de contrato com a referida SROC conforme previsto na alínea c), do

Ata N.º	06/2017
Livro N.º	Folha N.º
6	

n.º 1, do art.º 49.º do EOROC, em regime de completa independência funcional e hierárquica em relação à Câmara Municipal e ao seu Presidente.”

----- Não tendo havido inscrições para este ponto da ordem do dia, o Sr. Presidente da Mesa colocou-o de imediato a votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta da Câmara Municipal acima transcrita. -----

2.7. Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para o Congresso Nacional para o mandato autárquico de 2017/2021. -----

----- Conforme n.º 2 do artigo 6.º dos Estatutos da ANMP, compõem o Congresso Nacional desta associação de municípios três delegados de cada município associado, cujo mandato tem a duração dos mandatos dos respetivos órgãos autárquicos (artigo 5.º, n.º 2), que são o presidente da câmara municipal ou seu substituto, o presidente da assembleia municipal ou seu substituto, e ainda um presidente de junta de freguesia ou suplente, eleitos em assembleia municipal. -----

----- Sendo o Município de Vila Nova de Paiva associado da ANMP, e tendo sido eleita no passado dia 1 de outubro de 2017 uma nova Assembleia Municipal, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi então anunciado que de acordo com as referidas disposições estatutárias acima citadas, se iria proceder, por escrutínio secreto, conforme alínea b), do n.º 1, do artigo 60.º do Regimento em vigor da Assembleia Municipal, à eleição do Presidente de Junta de Freguesia e respetivo suplente, para o Congresso Nacional da ANMP para o mandato autárquico de 2017/2021. -----

----- Foi apresentada à Mesa da Assembleia uma única lista, designada pela letra “A”, subscrita pelo grupo municipal do Partido Socialista, composta pelo Sr. Ilídio Afonso Cruz, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas, como efetivo, e Sr. Augusto Marques Moreira, Presidente da Junta de Freguesia de Queiriga, como suplente. -----

----- Distribuídos boletins de voto ao colégio eleitoral constituído pelo conjunto dos membros da Assembleia Municipal, cada um escreveu, conforme esclarecido previamente, o nome da lista, pela respetiva letra, que desejasse fosse eleita, boletins que, devidamente dobrados, foram depois introduzidos em recipiente adequado, por cada votante, e logo de seguida retirados e abertos, verificando-se que na urna entraram um total de dezoito boletins de voto, sendo a favor do Lista A treze votos, e cinco votos branco, que, em ambos os casos, não contam para apuramento da maioria de votos. -----

----- Nestas circunstâncias, o Sr. Presidente da Assembleia declarou eleitos para o Congresso Nacional da ANMP para o mandato autárquico de 2017/2021, os seguintes dois membros da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva: -----

Ilido Afonso Cruz, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas, como efetivo; -----

Augusto Marques Moreira, Presidente da Junta de Freguesia de Queiriga, como suplente. -----

----- **2.8. Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Dão Lafões** – Designação do Representante da Assembleia Municipal para integrar o Conselho para o quadriénio de 2017/2021. -----

----- O Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, na versão alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 137/2013, de 7 de outubro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 239/2015, de 14 de outubro, estabelece o regime da criação, estruturação e funcionamento dos agrupamentos de centros de saúde do Serviço Nacional de Saúde (abreviadamente designados por ACES). Em conformidade com a alínea d) do artigo 18.º do referido regime, são órgãos do ACES, entre outros, o conselho da comunidade, cujas competências (consultivas) estão especificadas no artigo 32.º do mesmo regime.

----- A área de influência do ACES Dão Lafões corresponde aos municípios de Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela, e tem a sua sede na cidade de Viseu, no Edifício MAS, sito na Avenida António José de Almeida. -----

----- De harmonia com a alínea b), do n.º 1, do artigo 31.º do referido regime, o conselho da comunidade é composto, entre outros, por um representante de cada município abrangido pelo ACES, designado pelas respetivas assembleias municipais. -

----- Tendo sido eleita no passado dia 1 de outubro de 2017 uma nova Assembleia Municipal, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi então anunciado que de acordo com as referidas disposições legais citadas, se iria proceder, por escrutínio secreto, conforme alínea b), do n.º 1, do artigo 60.º do Regimento em vigor da Assembleia Municipal, à votação do Representante da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva no Conselho da Comunidade do ACES Dão Lafões, para o quadriénio de 2017/2021. -----

----- Para o efeito foi proposto à Mesa da Assembleia, o seguinte cidadão membro desta Assembleia Municipal: -----

– Sr. António Manuel Rodrigues Coelho, proposto pelo grupo municipal do Partido Socialista; -----

Ata N.º 06/2017	
Livro N.º	Folha N.º
6	

O Sr. Presidente da Assembleia colocou à votação, por escrutínio secreto, conforme alínea b), do n.º 1, do artigo 60.º do Regimento em vigor da Assembleia Municipal, o cidadão proposto, tendo sido distribuídos boletins de voto aos membros da Assembleia Municipal, onde cada um escreveu, conforme esclarecido previamente, o primeiro e último nome do cidadão que desejasse fosse designado, boletins que, devidamente dobrados, foram depois introduzidos em recipiente adequado, por cada votante, e logo de seguida retirados e abertos, verificando-se que na urna entraram um total de dezoito boletins de voto, tendo o Sr. António Manuel Rodrigues Coelho obtido treze votos a favor e cinco votos em branco, não contam para apuramento da maioria de votos. -----

----- Nestas circunstâncias, face ao resultado verificado, o Sr. Presidente da Assembleia declarou ficar designado como Representante da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva no Conselho da Comunidade do ACES Dão Lafões para o quadriénio de 2017/2021, o Sr. António Manuel Rodrigues Coelho. -----

----- **2.9. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Vila Nova de Paiva – Comissão Alargada** – Designação de Quatro Cidadãos Eleitores para a Comissão Alargada para o triénio de 2017/2020. -----

----- A Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na versão alterada e republicada pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, e alterada pela Lei n.º 23/2017, de 23 de maio, aprova a designada Lei da Proteção de Crianças e Jovens (doravante LPCJ), que tem por objeto a promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral, aplicando-se às crianças e jovens em perigo que residam ou se encontrem em território nacional, estabelecendo no seu artigo 6.º que a promoção dos referidos direitos e proteção incumbe às entidades com competência em matéria de infância e juventude, aos tribunais e às comissões de proteção de crianças e jovens, designadas abreviadamente por CPCJ, cuja criação e instalação são declaradas por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da justiça, solidariedade e segurança social, conforme n.º 3 do artigo 12.º da LPCJ. -----

----- Salvo circunstâncias excecionais, os membros das CPCJ são designados por um período de três anos, renovável por duas vezes, à exceção do mandato do presidente da comissão que é renovável por uma única vez (n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 26.º da LPCJ). -----

----- No Município de Vila Nova de Paiva foi criada uma única CPCJ, instalada pela Portaria n.º 1.143/2004, de 14 de setembro. Da conjugação das alíneas a) e l) do n.º 2.º da referida Portaria, com as alíneas a) e l), do n.º 1, do artigo 17.º da LPCJ, a CPCJ de Vila Nova de Paiva, na modalidade alargada, é composta por um representante do Município, a indicar pela Câmara Municipal, e por quatro cidadãos eleitores,

preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo, designados pela Assembleia Municipal. -----

----- Tendo sido eleita no passado dia 1 de outubro de 2017 uma nova Assembleia Municipal, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi então anunciado que de acordo com as disposições legais citadas, se iria proceder, por escrutínio secreto, conforme alínea b), do n.º 1, do artigo 60.º do Regimento em vigor da Assembleia Municipal, à votação dos quatro cidadãos eleitores para a Comissão Alargada da CPCJ de Vila Nova de Paiva para o triénio de 2017/2020. -----

----- Para o efeito foram propostos à Mesa da Assembleia, os seguintes cidadãos: ----

- Sr.ª Dr.ª Rute Pascoal
- Sr.ª. Cristina Maria Costa,
- Sr. Dr. José Carlos Carvalho,
- Sr.ª Eng.ª Helena Reis,

----- Distribuídos os boletins de voto aos membros da Assembleia Municipal, onde cada um escreveu, conforme esclarecido previamente, a palavra “Sim” no caso de desejar que aquele conjunto de cidadãos que compõe a lista fosse designado, e “Não” caso assim não o desejasse, boletins que, devidamente dobrados, foram depois introduzidos em recipiente adequado, por cada votante, e logo de seguida retirados e abertos, verificando-se que na urna entraram um total de dezoito boletins de voto, tendo aquela Lista obtido treze votos a favor, e cinco votos brancos . -----

----- Nestas circunstâncias, face ao resultado verificado, o Sr. Presidente da Assembleia declarou ficarem designados como Representantes das Freguesias do Município de Vila Nova de Paiva para integrarem a Comissão Alargada da CPCJ de Vila Nova de Paiva, para o quadriénio de 2017/2021, os seguintes quatro cidadãos: ----

- Sr.ª Dr.ª Rute Pascoal
- Sr.ª. Cristina Maria Costa,
- Sr. Dr. José Carlos Carvalho,
- Sr.ª Eng.ª Helena Reis,

----- **2.10. Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF) de Vila Nova de Paiva** –Designação de Cinco Representantes das Freguesias do Município para integrarem a Comissão para o quadriénio de 2017/2021. -----

----- O n.º 1 do artigo 3.º-A do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na versão alterada e republicada pela Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto, que aprova e estrutura o Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios (SDFCI), aplicável a todo o território continental, prevê a existência de comissões municipais de defesa da floresta, abreviadamente CMDF, que são estruturas de articulação, planeamento e ação que têm

Ata N.º	06/2017
Livro N.º	Folha N.º
6	

como missão a coordenação de programas de defesa da floresta, cujas atribuições estão definidas no n.º 2 do artigo 3.º-B do mesmo decreto-lei. -----

----- A composição das CMDF está definida no artigo 3.º-D do referido decreto-lei, dispondo a alínea b), do n.º 1, deste artigo, que da mesma fazem parte até cinco representantes das freguesias do concelho a designar pela assembleia municipal. -----

----- Tendo sido eleita no passado dia 1 de outubro de 2017 uma nova Assembleia Municipal, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi então anunciado que de acordo com as disposições acima citadas, se iria proceder, por escrutínio secreto, conforme alínea b), do n.º 1, do artigo 60.º do Regimento em vigor da Assembleia Municipal, à votação dos cinco Representantes das Freguesias do Município de Vila Nova de Paiva para integrarem a Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF) de Vila Nova de Paiva, para o quadriénio de 2017/2021. -----

----- Para o efeito foram propostos à Mesa da Assembleia, os seguintes cinco cidadãos, conforme Lista apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista: ----

- Sr. Augusto Marques Moreira,
- Sr. Jorge Manuel Silva Cerdeira,
- Sr. Ilídio Afonso Cruz,
- Sr. Mário Jorge Martinho Morgado,
- Sr. Jorge Manuel Pereira Reis,

----- Distribuídos os boletins de voto aos membros da Assembleia Municipal, onde cada um escreveu, conforme esclarecido previamente, a palavra “Sim” no caso de desejar que aquele conjunto de cidadãos que compõe a lista fosse designado, e “Não” caso assim não o desejasse, boletins que, devidamente dobrados, foram depois introduzidos em recipiente adequado, por cada votante, e logo de seguida retirados e abertos, verificando-se que na urna entraram um total de dezoito boletins de voto, tendo aquela Lista obtido treze votos a favor, e cinco votos brancos. -----

----- Nestas circunstâncias, face ao resultado verificado, o Sr. Presidente da Assembleia declarou ficarem designados como Representantes das Freguesias do Município de Vila Nova de Paiva para integrarem a Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF) de Vila Nova de Paiva, para o quadriénio de 2017/2021, os seguintes cinco cidadãos: -----

- Sr. Augusto Marques Moreira,
- Sr. Jorge Manuel Silva Cerdeira,
- Sr. Ilídio Afonso Cruz,
- Sr. Mário Jorge Martinho Morgado,
- Sr. Jorge Manuel Pereira Reis,

----- **2.11. Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna, vulgo Conselho Cinegético Municipal, do Município de Vila Nova de Paiva** – Eleição de um Autarca de Freguesia para integrar o Conselho para o quadriénio de 2017/2021.-----

----- O Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, na versão alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 2/2011, de 6 de janeiro, e alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 81/2013, de 14 de junho, e 167/2015, de 21 de agosto, estabelece o regime jurídico da conservação, fomento e exploração dos recursos cinegéticos, com vista à sua gestão sustentável, bem como os princípios reguladores da atividade cinegética. -----

----- De acordo com os artigos 151.º, n.º 1, e 156.º daquele regime, a participação da sociedade civil na política cinegética efetiva-se no Conselho Nacional da Caça e da Conservação da Fauna e nos conselhos cinegéticos e da conservação da fauna, que são órgãos consultivos que se constituem a nível municipal, abreviadamente designados por conselhos cinegéticos municipais, cujas competências são as definidas no artigo 158.º do mesmo regime. -----

----- O n.º 1 do artigo 157.º do regime estabelece que os conselhos cinegéticos municipais se circunscrevem à área do concelho e são presididos pelo presidente da respetiva câmara municipal, cuja constituição está definida no n.º 2 do mesmo artigo. -

----- Em conformidade com a alínea e), do n.º 2, do artigo 157.º, um dos vogais do conselho cinegético municipal integra um autarca de freguesia a eleger em assembleia municipal. -----

----- Tendo sido eleita no passado dia 1 de outubro de 2017 uma nova Assembleia Municipal, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi então anunciado que se iria proceder, por escrutínio secreto, conforme alínea b), do n.º 1, do artigo 60.º do Regimento em vigor da Assembleia Municipal, à eleição de um Autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal, deste Município, para o quadriénio de 2017/2021. ----

----- Foi apresentada à Mesa da Assembleia pelo grupo parlamentar do Partido Socialista, o cidadão Sr. Manuel Morais Ramos, na qualidade de membro da Assembleia Municipal. -----

----- Distribuídos boletins de voto ao colégio eleitoral constituído pelo conjunto dos membros da Assembleia Municipal, cada um escreveu, conforme esclarecido previamente, “sim” caso desejasse a eleição daquele membro e “não” caso não desejasse a eleição daquele membro, boletins que, devidamente dobrados, foram depois introduzidos em recipiente adequado, por cada votante, e logo de seguida retirados e abertos, verificando-se que na urna entraram um total de dezoito boletins de voto, sendo a favor do cidadão Sr. Manuel Morais Ramos treze votos, e cinco votos brancos. -----

Ata N.º 06/2017	
Livro N.º	Folha N.º
6	

----- Nestas conformidade, o Sr. Presidente da Assembleia declarou eleito para integrar o Conselho Cinegético Municipal de Vila Nova de Paiva, para o quadriénio de 2017/2021, o Sr. Manuel Morais Ramos na qualidade de membro da Assembleia Municipal. -----

2.12. Conselho Municipal de Educação (CME) do Município de Vila Nova de Paiva – Eleição de um Presidente de Junta para integrar o Conselho para o quadriénio de 2017/2021. -----

----- O Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 41/2003, de 22 de agosto (retificada pela Declaração de Retificação n.º 13/2003, de 11 de outubro), Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro, e Decreto-Lei n.º 72/2015, de 11 de maio, regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração da carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais. -----

----- De acordo com as alíneas a), b) e c) do n.º 1 do seu artigo 5.º, entre outros membros integram o conselho municipal de educação o presidente da câmara municipal, o presidente da assembleia municipal e o vereador responsável pela educação. -----

----- Por sua vez, a alínea d), do n.º 1 do mesmo artigo 5.º, vem dispor que integra também o conselho municipal de educação, o presidente de junta de freguesia eleito pela assembleia municipal em representação das freguesias do concelho. -----

----- Tendo sido eleita no passado dia 1 de outubro de 2017 uma nova Assembleia Municipal, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi então anunciado que de acordo com as referidas disposições legais citadas, se iria proceder, por escrutínio secreto, conforme alínea b), do n.º 1, do artigo 60.º do Regimento em vigor da Assembleia Municipal, à eleição de um Presidente de Junta para representação das freguesias no Conselho Municipal de Educação (CME) de Vila Nova de Paiva, para o quadriénio de 2017/2021. -----

----- Para o efeito foi proposto à Mesa da Assembleia, o seguinte presidente de junta, membros desta Assembleia Municipal: -----

– Sr. Mário Jorge Martinho Morgado, Presidente da Junta de Freguesia de Touro, proposto pelo grupo municipal do Partido Socialista; -----

----- Distribuídos boletins de voto ao colégio eleitoral constituído pelo conjunto dos membros da Assembleia Municipal, cada um escreveu, conforme esclarecido previamente, “sim” caso desejasse a eleição daquele Presidente de Junta ou “não” se não desejasse a eleição daquele Presidente de Junta, boletins que, devidamente dobrados, foram depois introduzidos em recipiente adequado, por cada votante, e logo

de seguida retirados e abertos, verificando-se que na urna entraram um total de dezoito boletins de voto, sendo a favor do membro Mário Jorge Martinho Morgado treze votos, e cinco votos em branco.-----

----- Nestas circunstâncias, o Sr. Presidente da Assembleia declarou eleito para integrar o Conselho Municipal de Educação (CME) de Vila Nova de Paiva, em representação das Freguesias do Município, para o quadriénio de 2017/2021, o Sr. Mário Jorge Martinho Morgado Presidente da Junta de Freguesia de Touro. -----

----- **2.13. Apreciação da Atividade Municipal desenvolvida durante os meses de outubro a dezembro de 2017 apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara,** nos termos do artigo 25.º, n.º 2, alínea c), do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara deu conhecimento dos elementos abaixo elencados, os quais foram oportunamente enviados a todos os membros da Assembleia Municipal, estando disponível para quaisquer esclarecimentos adicionais. -----

- Conhecimento dos textos das atas das reuniões da Câmara Municipal realizadas no período compreendido entre 16 de outubro e 15 de dezembro de 2017; -----

- Conhecimento da situação financeira do Município, através dos mapas do controlo orçamental da receita e da despesa com reporte ao período de 01 de janeiro a 15 de dezembro, extraídos do Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA), em uso na Divisão de Administração e Finanças (DAF); -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Havendo publico na sala, o Sr. Presidente da Mesa, abriu um período de intervenção, tendo-se inscrito e usado a palavra o Sr. Acácio Fonseca, de Vila Nova de Paiva, que questionou o Sr. Presidente da Câmara acerca das obras de regeneração urbana da Rua Padre José Sá Marques, tendo o Sr. Presidente esclarecido as dúvidas suscitadas.-----

----- **APROVAÇÃO DO TEXTO DA ATA** -----

----- A presente acta foi aprovada em minuta por unanimidade, nos termos do n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de Setembro.-----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Finda a Ordem do Dia e uma vez tratados todos os assuntos, o Sr. Presidente da Mesa deu como encerrada esta sessão, eram dezassete horas e dez minutos. -----

----- Todos os documentos citados nesta ata e que serviram de base ao que nela foi apreciado, constam da pasta de documentos anexos às atas da Assembleia Municipal e dão-se aqui por transcritos para todos os efeitos. -----

Sessão Ordinária 27 de dezembro de 2017

Ata N.º 06/2017	
Livro N.º	Folha N.º
6	

----- Para que conste lavrou-se a presente a ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----